

=====ACTA N.º27/06=====

-----REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GOLEGÃ, REALIZADA NO DIA 14 DE DEZEMBRO DO ANO DE 2006: -----

-----Aos catorze dias do mês de Dezembro do ano DOIS MIL E SEIS, nesta vila de GOLEGÃ, no edifício dos PAÇOS DO CONCELHO, SALA DAS SESSÕES, pelas 11,00 horas, reuniu ordinariamente a CÂMARA MUNICIPAL, estando presentes além do EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE JOSÉ TAVARES VEIGA SILVA MALTEZ, OS SENHORES VEREADORES RUI MANUEL LINCE SINGEIS MEDINAS DUARTE, ANTÓNIO FRANCISCO PIRES CARDOSO, ANA ISABEL MADEIRA MOTA SAMPAIO CAIXINHA DUQUE E CARLOS PAULA SIMÕES, comigo, PEDRO MIGUEL FERREIRA HENRIQUES, CHEFE DA DIVISÃO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS. -----

-----Depois do EX<sup>MO</sup>. SENHOR PRESIDENTE ter declarado aberta a reunião, e um vez que se encontrava um munícipe presente a pretender expor uma situação particular, foi dada a palavra ao Senhor Comandante José Manuel Eusébio, que efectuou uma intervenção sobre a alteração de trânsito na Rua D.João IV, evidenciando os transtornos que tal alteração, em seu entender, originou, considerando que quer os munícipes quer a Golegã em nada beneficiaram com a mudança, uma vez que não se materializou em quaisquer melhoras na mobilidade de pessoas e viaturas, sejam estas de que tipo forem. Salientando não ter dúvidas que o executivo pretende o melhor para os seus munícipes, pediu que a decisão fosse reconsiderada, uma vez que lhe parece, bem como aos olhos da maioria das pessoas, ter constituído um erro.-----

-----O Senhor Presidente agradeceu a presença do munícipe, bem com a intervenção que produziu, acentuando compreender as razões emotivas de algumas pessoas, manifestando certeza na opção tomada, pese embora registe os argumentos aduzidos, que irão ser convenientemente analisados.-----

-----O Senhor Comandante José Manuel Eusébio acentuou que as críticas aduzidas não ofuscam o sentimento de gratidão pelo que os executivos têm feito no concelho, cuja filosofia de actuação partilha e reconhece.-----

-----Finda a intervenção do munícipe, procedeu-se à leitura, em voz alta e na presença simultânea de todos, da acta da reunião do Executivo Camarário de 29 de Novembro de 2006, tendo sido aprovada por unanimidade.-----

-----Foi presente o balancete de Tesouraria do último dia útil, apresentando um total de disponibilidades no valor de euros ( MIL, EUROS E CÊNTIMOS), sendo euros ( MIL, EUROS E CÊNTIMOS), de operações não orçamentais.-----

-----Passou-se, de seguida, ao periodo Antes da Ordem do Dia, tendo o Senhor Vereador Carlos Simões produzido as seguintes observações, constantes de documento e fotos arquivados na pasta referente à Sessão, aqui se dando por integralmente reproduzidas:-----

-----1. “Mercado semanal em Azinhaga: Depois de nos dois anteriores sábados, o regulamentado ter sido totalmente desrespeitado pelos feirantes, no passado sábado, conforme se pode verificar na foto mercado 1, o cruzamento encontrava-se completamente obstruído novamente. Mais em detalhe (foto mercado 2) constata-se que apenas dois dos feirantes decidiram ocupar a Rua Santarena, sendo portanto deles a responsabilidade do corte desta via. Todos os restantes feirantes se encontravam no espaço deliberado, conforme se pode ver na foto mercado 4 e no video captado na altura. A manter-se a situação penso que se devem chamar os feirantes à Câmara e esclarecer que ou a deliberação camarária é respeitada ou : - o mercado passará a decorrer no Largo do Miradouro; - todos os infractores terão a sua licença cassada.-----

-----2. Abrigo na Paragem de transportes colectivos em Mato de Miranda. Já debatemos este assunto nas reuniões de 12 e 26 de Julho de 2006. Foi meu entendimento que a situação iria ser

analisada pelos serviços camarários a fim de se resolver a situação. Acabou o Verão, estamos prestes a entrar no Inverno, que tudo indica irá ser rigoroso; os utentes e alunos que ali esperam pelo transporte merecem que se lhes dê atenção. Para quando a instalação de referido equipamento?-----

-----3. Actualização do SITE da CM Golegã: Apesar da actual dinâmica de utilização do site municipal, com actualização da informação em várias das suas áreas, é notória a falta de actualização de uma área que considero de primordial importância para a divulgação do trabalho desenvolvido pela Câmara junto de um número cada vez maior de municípios: Refiro-me à secção de Actas e Deliberações, que à data de hoje disponibiliza apenas a totalidade das Actas de 2004, parte das Actas de 2005 e nenhuma das Actas de 2006. Existe alguma razão para tal? Podemos esperar que as actas em falta venham a ser disponibilizadas no site e se sim, quando se prevê realizar tal actualização?-----

-----4. Existe algum regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo? Se existe, gostaria que me fosse disponibilizada uma cópia. Se não existe e dado que é expectável um aumento no futuro do número de Associações congregando maior ou menor número de municípios e com maior ou menor importância relativa para a vida cultural, recreativa e desportiva do Concelho, proponho a elaboração de um Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Cultural, Artístico e Desportivo. Nessa conformidade, apresento à apreciação da Câmara um documento que pretende ser um ponto de partida para tal regulamento.-----

-----5. Em Dezembro de 2005, enviei à Câmara Municipal, como Município, o pedido de elaboração de um conjunto de normas que regulassem a utilização da via pública e dos passeios. De uma forma não generalizada, considero que em casos específicos se faz mau uso dos passeios,

dificultando a sua utilização por cidadãos com necessidades motoras especiais ou até mesmo pelo regular transeunte, que empurre, por exemplo, um carro-de-bébé. Tanto quanto sei, as normas continuam a não existir e, na minha humilde opinião, continuamos a repetir os mesmos erros. Dou como exemplo a recente colocação de paleiras junto às novas paragens de transportes escolares (Foto papel 1): Porque não se colocaram as paleiras encostadas ao abrigo, em lugar de passarem a constituir mais um obstáculo no meio do passeio? Essa é a prática comum (Fotos papel 2, papel 3 e papel 4, todas na mesma área), porque é que não foi seguida nestes casos?-----

-----6. Ainda em relação à ocupação dos passeios e da via pública, não posso deixar de referir aqui a preocupação que já expressei junto do Sr. Chefe de Gabinete de Apoio à Presidência pelo proliferar de postos de armazenagem de botijas de gás instalados nos passeios e sem que tenham sido seguidas as mais elementares regras de segurança. As referidas botijas apresentam uma capacidade média de 13 litros de gás cada, pelo que um posto como um dos apresentados nas fotos gas 1 e gas 2 anexas, terá uma capacidade de armazenamento entre 104 e 156 litros de gás, o que o faz ficar de fora do disposto na Portaria 451/2001 que diz no seu nº 2 que parques com capacidade igual ou inferior a 520 dm<sup>3</sup> não estão sujeitos a licenciamento.-----

-----Contudo e tendo em conta que, pelo disposto no Dec. Lei Nº 267/2002, o licenciamento e fiscalização de tais postos de armazenagem compete à Câmara Municipal; por achar que tais instalações apresentam características tais que devem exigir da parte da entidade licenciadora especial atenção à segurança de pessoas e bens; por achar que a inexistência de obrigatoriedade de licenciamento não desobriga os Serviços Competentes de zelar por essa segurança de pessoas e bens, venho solicitar junto dos serviços competentes que: - me seja facultado o levantamento dos postos de armazenagem de combustíveis existentes no Concelho com capacidade, licenciados ou não; me seja disponibilizada a evidência de vistoria efectuada pelos serviços camarários que ateste

a conformidade com o exigido na Portaria 1188/2003, nomeadamente no que diz respeito à conformidade com as distâncias de segurança e existência dos dispositivos de segurança constantes no Regulamento de Segurança Relativo à Manutenção de Parques de Garrafas de Gases de Petróleo Liquefeito (Portaria 451/2001); me seja esclarecido se a existência exacta de todos os postos de armazenagem instalados na via pública ou em espaços fechados é do conhecimento dos Bombeiros e se estão todos eles devidamente considerados no Plano de Emergência Municipal; finalmente, se foi pedida autorização à Câmara, e se esta a concedeu, que me justifique porquê, para ocupar passeios com postos de armazenamento de Garrafas de Gás.-----

-----É por demais evidente que na maioria dos casos que me foi possível observar, não foram seguidas as mais básicas regras de segurança e que a distância mínima de 10 metros a qualquer “edifício que recebe público” não foi respeitada. Esta obrigatoriedade aplica-se mesmo aos parques com capacidade total igual ou inferior a 0,520 m3.-----

-----7. Protesto contra a utilização, na minha perspectiva abusiva, dos Caminhos Municipais 11 e 31 por veículos Pesados de transporte de inertes, durante o período em que estes caminhos constituíam a única ligação entre a Azinhaga e a Golegã (por se encontrar submersa a EN 365). Conforme se pode verificar pelas fotos cm1 e cm2 anexas, captadas no passado dia 1 de Dezembro de 2006 e por um pequeno video também captado na altura, a circulação deste tipo de veículos põe em causa a segurança dos veículos ligeiros de passageiros que com eles se cruzam, nomeadamente pelo risco de saída de estrada e eventuais danos materiais. Supunha que o trânsito destes veículos era permitido apenas para serviço agrícola. Se assim é, penso que a fim de evitar situações danosas para os restantes utentes da via e para o piso da mesma, se deve apelar à necessidade de reforço da fiscalização por parte da Autoridade.-----

-----8. Lamento (continuar) a ver a Alverca da Azinhaga ser alvo das mais diferentes acções de vandalismo e destruição ao longo destes últimos anos. A começar por alguns Municípios que teimam em fazer dela uma lixeira a céu aberto e terminando no desrespeito pela protecção da Natureza evidenciado pela situação reportada nas fotos em anexo. Em Outubro de 2006 a Alverca apresentava-se como na foto alverca30Out; em Novembro, durante a situação de cheia, encontrava-se conforme documenta a foto alverca25Nov. Pode ver-se uma das dragas que tinham sido arrastadas, encalhada na maracha; a 9 de Dezembro, o espectáculo deplorável era o documentado na foto alverca09Dez: Para remoção de uma das dragas referidas em cima, toda a maracha que se encontrava a impedir a operação foi destruída.-----

-----Gostaria de saber se tomou o Sr Vereador do Pelouro conhecimento de tal intervenção e das consequências da mesma. Se tomou gostaria de saber o que se lhe apraz dizer sobre o assunto.

-----Acrescento ainda que foi testemunhado que para remoção da outra draga, a empresa proprietária da mesma fez circular sobre o Pontão da Alverca da Azinhaga maquinaria pesada, incluindo máquinas de lagartas.-----

-----Conforme saberá, estas zonas húmidas como as nossas alvercas estão protegidas legalmente pelo Decreto-Lei nº 140/99 de 24 de Abril – Anexo B-1 e pela Directiva 92/43/CEE – Anexo I. -----

-----Relembro também o que se estabelece na caracterização de valores naturais deste habitat (3150 - Lagos eutróficos naturais), e que se pode encontrar nas fichas do Plano Sectorial da Rede Natura 2000: Serviços prestados - Regulação do ciclo de nutrientes; Eliminação-reciclagem de resíduos; Refúgio de biodiversidade; Regulação do ciclo da água; Fornecimento de água; Informação estética; Educação e ciência.-----

-----Objectivos de conservação: - Manutenção da área de ocupação; Manutenção do grau de

conservação na área com o habitat em bom estado de conservação e Incremento do grau de conservação na área com o habitat degradado.-----

-----Orientações de gestão: Controlo de espécies exóticas infestantes; Controlo do despejo de efluentes não tratados; Incrementar a qualidade e extensão do tratamento de efluentes agrícolas, urbanos e industriais; Promoção da propagação e valorização do habitat em projectos construtivos; Condicionar alterações ao uso do solo indutoras de alterações na qualidade da água, em zonas limítrofes à área de ocupação do habitat; Promoção de estudos científicos sobre o habitat.-----

-----Saliento ainda que foi destruída flora legalmente protegida, p. ex. Freixos. E conforme poderá verificar pelas fotos estaca1, 2, 3, e 4, algumas das estacas que sustêm a rede envolvente das margens foram destruídas, tudo leva a crer pelo movimento de máquinas pesadas. Fica a dúvida se tal dano não se virá a revelar prejudicial para a estabilidade da estrutura.” -----

-----Por último, o Senhor Vereador Carlos Simões solicitou a colocação de um dispositivo de iluminação pública em determinado local – que assinalou – em Mato Miranda, uma vez que aí reside uma idosa a quem a iluminação faz falta.-----

-----Relativamente a esta intervenção, o Senhor Vereador Pires Cardoso referiu já ter dado indicações aos Serviços Técnicos , aquando das cheias, para procederem às diligências necessárias para a colocação de iluminação no local, que, de facto, é uma necessidade. O assunto encontra-se, portanto, a ser tratado.-----

-----Quanto às demais observações, e especificamente quanto ao Mercado de Azinhaga, o Senhor Presidente concordou com a chamada dos feirantes incumpridores aos Paços do Município, a fim de sanar o foco de desequilíbrio que parece grassar.-----

-----O Senhor Vice-Presidente observou também já ter sugerido essa atitude para com os

feirantes que parecem não compreender o propósito do executivo, pelo que manifesta o seu total acordo com a iniciativa.-----

-----Sobre a questão das papelarias, o Senhor Vereador referiu que se, de facto, se encontram colocads da forma descrita, tal aconteceu ao arrepio das indicações dadas, uma vez que essa situação foi expressamente assinalada, por forma a não perturbar os transeuntes. Como tal, irá averiguar o que se terá passado.-----

-----Quanto aos postos de armazenagem de botijas de gás, informou o Senhor Vice-Presidente que existe um Protocolo com a Comunidade Urbana no sentido de uniformizar os procedimentos de autorização, sendo que os Serviços se encontram actualmente a efectuar um levantamento exaustivo de todas as situações e respectivas especificidades, devendo tal trabalho ser apresentado e discutido com os Serviços Distritais de Protecção Civil.-----

-----Relativamente aos Caminhos Municipais 11 e 31, o Senhor Presidente informou que a placa “Excepto Serviços Agrícolas” caiu com as cheias, e não obstante a recolocação pelos Serviços voltou a cair, pelo que as Autoridades não podiam autuar os pesados. Informou que já se encontra cimentado, pelo que o problema assinalado não irá repetir-se-----

-----O Senhor Vice-Presidente acrescentou que, não obstante a situação descrita pelo Vereador Carlos Simões, as autoridades actuaram. Simplesmente não foi possível fiscalizar 24 sobre 24 horas. De qualquer modo, os Serviços encontram-se a fazer um levantamento exaustivo dos prejuízos causados, por forma a que possamos, na medida do possível, ser ressarcidos pelos danos verificados.-----

-----Quanto à circunstância de a Alverca de Azinhaga continuar a ser alvo de acções de destruição, o Senhor Vice-Presidente informou que todas as ocorrências conhecidas foram comunicadas às autoridades competentes, sendo certo que até hoje não foram obtidas respostas.---



-----Sobre esta matéria, dada a gravidade das actuações verificadas, a Câmara deliberou, por unanimidade, manifestar o seu profundo repúdio pela conduta evidenciada pela empresa, atestada pelas fotografias do local, que com a sua intervenção negligente revelou um total desprezo pelas estruturas e habitats naturais, numa época em que a preservação e elevação da natureza assumem um carácter essencial na sua inter-acção com as actividades empresariais.-----

-----Neste periodo, o Senhor Vice-Presidente referiu-se, ainda, ao vidrão colocado na praça em Azinhaga, informando ter trocado impressões com os locais no sentido de se proceder – logo que possível – à sua remoção.-----

-----Quanto ao Programa de Controlo de Qualidade da Água para Consumo Humano, informou que o Relatório do IRAR refere que tudo está bem, pelo que o trabalho realizado deve ser mantido. Também relativamente à ETAR e descarga de águas residuais informou que todos os pressupostos de licenciamento foram aprovados, pelo que a respectiva Licença irá ser levantada.--

-----Por último, informou que no âmbito da Plataforma Supraconcelhia da Lezíria do Tejo foi constituído um Grupo Operativo que integra o CLAS da Golegã, o que constitui um reconhecimento do trabalho desenvolvido, ao mesmo tempo que nos coloca mais próximos dos centro de decisão num conjunto de matérias da maior importância para o Concelho.-----

-----**Gabinete de Apoio à Presidência.** -----

-----**1- Operação “10 Milhões de Estrelas”.** -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um montante de 300 euros para a aquisição de 120 fotoforos, no âmbito da Campanha “10 milhões de estrelas – um gesto pela paz.”-----

-----**Divisão Municipal de Administração e Finanças.** -----

-----**2- 5ª Alteração às Grandes Opções do Plano e Orçamento.**-----

-----O Senhor Vereador Carlos Simões alertou para a circunstância de os documentos referentes a esta alteração orçamental lhe terem sido entregues com pouca antecedência relativamente à data da reunião, deixando-lhe pouca margem para analisar as operações efectuadas. Solicitou, por isso, que a documentação relativa a esta matéria passasse a ser distribuída com um prazo mais dilatado, possibilitando análises mais detalhadas e ponderadas . Relativamente a esta 5ª alteração, acentuou o desvio evidente entre a previsão de despesas com pessoal constante no orçamento aprovado e o montante actualmente inscrito, o que indiciará, porventura, que o optimismo inicial do executivo deu agora lugar à dura realidade do aumento de custos com pessoa, o que é preocupante.-----

-----O Chefe da Divisão Municipal de Administração e Finanças esclareceu que o aumento genérico de custos com o pessoal se deve à entrada em funcionamento de novos equipamentos, onde se destacam as Piscinas Municipais, não tendo sido possível prever inicialmente a quantidade de pessoas necessárias nem os respectivos vencimentos. Revelou que, por exemplo, no que toca às horas extraordinárias, se tem verificado um decréscimo apreciável em todos os sectores, o que certifica o esforço de racionalização que vem sendo prosseguido.-----

-----O Senhor Vereador Carlos Simões colocou algumas questões específicas sobre determinadas operações , tendo sido devidamente esclarecido.-----

-----Face ao exposto, a Câmara tomou conhecimento da 5ª Alteração Orçamental e GOP, no valor de 209.900,00 euros, ratificando-a para todos os efeitos legais.-----

-----**3- CULT. Águas do Ribatejo.** -----

-----**Autorização para subscrição em espécie de participação no capital social da EIM – Empresa Intermunicipal para Gestão e Exploração dos Sistemas de Abastecimento de água para consumo Público e Saneamento dos Municípios da Lezíria do Tejo.** -----

-----Após explicitação dos termos da realização em espécie do capital social da EIM, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade e ao abrigo do disposto na alínea a), nº6, do artigo 64º, conjugado com a alínea l), nº2, artigo 53º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, solicitar à Assembleia Municipal autorização para subscrição de uma participação de uma participação no capital social da EIM - Empresa Intermunicipal de Capitais Maioritariamente Públicos, para a Gestão e Exploração dos Sistemas de Abastecimento de Água para Consumo Público e Saneamento dos Municípios da Lezíria do Tejo, no valor de 279.953,57 €, a realizar pela integração dos bens constantes na informação anexa, que se dá por reproduzida.-----

-----**4- Cobrança de consumo de água de rede.** -----

-----**Montante em dívida. Juros de Mora.** -----

-----A Câmara concordou com a Informação do Chefe da Divisão Municipal de Administração e Finanças, tendo deliberado por unanimidade, prescindir da cobrança dos juros associados aos montantes em dívida, desde que liquidadas até 16 de Fevereiro de 2007, em conformidade com o disposto na referida informação.-----

-----**Divisão Municipal de Obras, Urbanismo e Ambiente.** -----

-----**5- Projectos de Arquitectura e Especialidades.** -----

-----**Carlos Alberto Martins Marques. Processo 55/06.** -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----**6- Sociedade Agrícola Quinta da Cardiga, Lda.** -----

-----**Aprovação do Projecto de Loteamento.** -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de loteamento, em conformidade com a informação técnica dos Serviços da DOUA.-----

-----7- Petrogolegã – Distribuição de Óleos e Combustíveis. -----

-----Processo de Licenciamento de Instalação de Armazenamento de Combustíveis. -----

-----Tendo em atenção o teor da informação técnica dos Serviços da DOUA, a Câmara deliberou, por unanimidade, deferir o Processo de Licenciamento de Instalação de Armazenamento de Combustíveis, a requerimento de PetroGolegã - Distribuição de de Óleos e Combustíveis.-----

-----8- Loteamento Urbano de António de Jesus Matias e Outro. -----

-----Autorização para venda de prédio municipal. -----

-----Em conformidade com a informação técnica dos Serviços da DOUA, a Câmara deliberou, por unanimidade, concordar com a alienação do prédio nos exactos termos aí preconizados.-----

-----Vereador António Pires Cardoso. -----

-----9-Pedido de apoio para criança integrada em agregado com condições financeiras deficitárias. -----

-----O Senhor Vereador Carlos Simões alertou para a circunstância de a metodologia de atribuição de apoios sociais não prever o atendimento, em moldes previamente estabelecidos, de situações desta natureza, o que, em seu entender, constitui um aspecto a melhorar.-----

-----O Senhor Vice-Presidente referiu que os serviços se encontram atentos e actuantes no que diz respeito ao tratamento destes casos, informando que a metodologia de atribuição de apoios é já objecto de diversos mecanismos, onde poderão, de futuro, integrar-se situações desta natureza, uma vez que constituem uma área privilegiada de actuação da Câmara Municipal.-----

-----Findas as intervenções, a Câmara deliberou, por unanimidade, conceder o apoio nos moldes requeridos, ou seja, autorizando a frequência das aulas de natação a título gratuito,

suportando a Câmara Municipal os custos associados ao seguro de prática desportiva junto da Associação de Natação do Distrito de Santarém.-----

-----**Vereadora Ana Isabel Caixinha.** -----

-----**10- Serviço Municipal de Protecção Civil.** -----

-----**Contrato de Avença com Comandante Operacional Municipal.** -----

-----A Senhora Vereadora Ana Isabel Caixinha referiu-se ao enquadramento da figura do Comandante Operacional Municipal, assinalando alguns aspectos do contrato de avença que se pretende firmar com o Senhor Comandante Pedro Silva, considerando tratar-se de um elemento com provas dadas no terreno, conhecimento profundo da realidade concelhia e formação técnica e teórica adequadas para o bom desempenho daquelas funções.-----

-----O Senhor Vereador Carlos Simões solicitou informações quanto ao desfecho do processo disciplinar de que foi alvo o Senhor Comandante, uma vez que a declaração sob compromisso de honra a que se encontra obrigado refere expressamente não ter sido disciplinarmente punido por falta grave em matéria profissional.-----

-----Sobre esta matéria, a Senhora Vereadora informou que, tanto quanto julga saber, desse proceso disciplinar não resultou a aplicação de qualquer sanção. Não obstante, a Câmara Municipal poderá, sendo caso, solicitar a apresentação de documentos que sustentem e atestem cada uma das situações previstas nas diversas alíneas da declaração sob compromisso de honra.---

-----Findas as intervenções, a Câmara deliberou, por maioria, autorizar a avença com o Senhor Comandante Pedro Silva para Comandante Operacional Municipal, nos termos preconizados no contrato presente. Verificou-se a abstenção do Senhor Vereador Carlos Simões, que referiu não se encontrar devidamente esclarecido sobre esta matéria.-----

-----A transferência anteriormente efectuada para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários será deduzida da importância referente à Protecção Civil, desde a entrada em vigor do actual contrato.-----

-----**11-Fora da Ordem de Trabalhos.**-----

-----Fora da ordem de trabalhos, a Câmara deliberou, por unanimidade, analisar mais os seguintes assuntos.-----

-----**Abaixo-Assinado dos Comerciantes Locais.**-----

-----O Senhor Presidente referiu-se a uma abaixo-assinado por parte de alguns comerciantes da Golegã, em que solicitam a reposição do sentido do trânsito nos moldes anteriormente verificados. Relativamente a este documento, considerou que a maioria dos argumentos apresentados não prima pela coerência técnica e fluidez rodoviária, mais parecendo um braço-de-ferro entre alguns descontentes militantes e a câmara municipal, que legitimamente decide sobre estas matérias. Afirmou ter consciência de que sempre que se produzem alterações, há um conjunto de pessoas mais beneficiadas e outro, necessariamente, a quem as alterações trazem, porventura, algum transtorno. Não obstante, a câmara municipal não muda por mudar, embora seja sensível à razoabilidade de alguns argumentos, se pertinentes para a discussão. Assim, foi deliberado, por unanimidade, alterar o sentido da Rua Pedro Marreca, mantendo a Ciclovía tal qual está, bem como os sentidos das Ruas Prémio Nobel José Saramago e Francisco de Sousa Terré, colocando-se em placas apropriadas para o efeito as designações dos comerciantes com estabelecimento nas respectivas zonas.-----

-----**12-Aprovação de Parte da Acta em minuta**-----

-----Mais foi deliberado por UNANIMIDADE, nos termos do nº3, do art.92º, da Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, aprovar a acta em minuta, a fim de produzirem efeitos imediatos, as deliberações constantes nos pontos 1,2,3,4,6,7,8,9, 10 e 11.-----

-----**13-Encerramento:** -----

-----Quando eram 13.30 horas, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que eu, Pedro Miguel Ferreira Henriques, Chefe da Divisão Municipal de Administração e Finanças, redigi, subscrevo e também assino. -----